



## FIRMAR O PÉ NO TERRITÓRIO: UMA PESQUISA CARTOGRÁFICA SOBRE A FORMAÇÃO INICIAL DOS(AS) PROFESSORES(AS) DE ARTE CONECTADA COM OS POVOS INDÍGENAS

Flávia Gisele Nascimento<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este estudo pretende investigar como o contato com as artes, as culturas e as histórias dos povos indígenas podem mobilizar licenciandos(as) em Arte Visuais, da Universidade Estadual do Paraná, localizada em Curitiba, a pensarem em outros modos da educação e da arte. A análise está voltada para as turmas da disciplina optativa Diversidade Cultural Brasileira (2019-2021). O método utilizado na pesquisa é a abordagem cartográfica. Os seguintes instrumentos serão analisados: diário de bordo da professora/pesquisadora; formulário do Google Forms e cartas desenvolvidas pelos(as) alunos(as). O referencial teórico do estudo faz alianças afetivas com escritores(as) indígenas e não-indígenas. O título do trabalho é inspirado no livro “Firmando o pé no território: temática indígena em escolas”, organizado por Angelise Pimenta e Paula Menezes (2020). Essa pesquisa está em processo e tem como propósito apontar possibilidades que contribuam significativamente na formação dos(as) docentes em Arte.

**Palavras-Chaves:** Arte; Formação inicial de professores(as); Povos indígenas; Cartografia.

### INTRODUÇÃO

Começo este texto convidando você leitor(a) a fazer uma viagem no tempo, para conhecer como começou esta pesquisa. Em 2018, em um território chamado Brasil, que alguns séculos atrás eram chamados por alguns povos indígenas de Pindorama, vivencia-se uma crise política, moral e ética. O racismo e o preconceito que antes eram velados por uma parte da sociedade, passam a ser normalizados. Diante desse cenário, sendo uma professora que atuava na formação inicial de professores(as) de Arte, senti a necessidade de fazer algo para que os(as) estudantes conhecessem outras histórias e assim respeitassem e valorizassem os grupos que são a minoria política, mas que são a maioria populacional no país.

Então, em 2019, criei uma disciplina optativa intitulada Diversidade Cultural Brasileira, ofertada no período da manhã e da noite, no curso de Licenciatura em Artes Visuais da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), no campus Faculdade de Artes do Paraná (FAP), na cidade de Curitiba. As turmas eram formadas por licenciandos(as) de diferentes anos do curso e também por estudantes de outras graduações da instituição, como: Teatro, Cinema e Dança. A matéria foi ofertada durante três anos consecutivos (2019-2021).

A escolha do recorte do trabalho voltado para os povos indígenas tem duas justificativas, a primeira está relacionada com a minha ancestralidade, no caminho descobri que meu bisavô pertence ao povo Kaingang; a segunda é que na busca de materiais didáticos e pesquisas sobre o assunto, verifiquei que a temática indígena tem a menor produção de trabalhos em relação às outras abordadas na disciplina.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação, Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: [flaviagisele51@yahoo.com.br](mailto:flaviagisele51@yahoo.com.br)



Então, surgiu o interesse em investigar como o contato com as artes, as culturas e as histórias dos povos indígenas pode mobilizar alunos(as) do curso de Licenciatura em Arte Visuais, de uma instituição pública de Curitiba, a pensarem em outros modos da educação e da arte?

O título da pesquisa é inspirado no livro “Firmando o pé no território: temática indígena em escolas”, organizado por Angelise Nadal Pimenta e Paula Mendonça de Menezes (2020), o qual tem texto e ilustrações do escritor indígena Ailton Krenak. A obra aborda a temática indígena em diferentes espaços: na escola, na universidade e na aldeia.

Esse estudo tem como propósito apontar possibilidades que contribuam significativamente na formação dos(as) docentes em Arte.

## **METODOLOGIA**

O método escolhido para o estudo é a abordagem cartográfica, a partir do conceito proposto pelos filósofos Félix Guattari e Gilles Deleuze (1995), a qual é a mais indicada para acompanhar processos, também por convidar a pesquisadora a criar um corpo e uma escrita. O procedimento cartográfico é “um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado e assumido como atitude. Com isso não abre mão do rigor, mas esse é ressignificado.” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2012, p. 10).

A primeira etapa da pesquisa em campo é compreender qual é o repertório dos(as) estudantes sobre os povos indígenas. Na primeira aula sobre o assunto, foi solicitado para que os(as) participantes respondessem um questionário no Google Forms, com perguntas objetivas e discursivas. Além desse instrumento, será analisado o diário de bordo da professora/pesquisadora e as cartas desenvolvidas pelos(as) estudantes ao final da disciplina optativa.

Para ampliar a formação dos(as) licenciandos(as) foi criado uma página nas redes sociais, primeiramente no *Facebook*, depois no *Instagram* e um grupo no *WhatsApp*, para compartilhar eventos, notícias e materiais sobre a temática da disciplina. Além disso, foi disponibilizado um link de uma biblioteca virtual com diversos livros de domínio público, no formato PDF, sobre a diversidade cultural brasileira, com autoria de escritores(as) indígenas, negros/as, mulheres, LGBTQIA+.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**



Segundo o filósofo Jorge Larrosa, na entrevista feita por Alfredo Veiga-Neto, formação presume romper com as fronteiras “entre o que sabemos e o que somos, entre o que passa (e que podemos conhecer) e o que nos passa (como algo a que devemos atribuir um sentido em relação a nós mesmos).” (VEIGA-NETO, 2007, p. 133).

Fazendo alianças com Larrosa, apresento o relato sobre o processo de formação da disciplina optativa Diversidade Cultura Brasileira, começando pelo primeiro dia de aula, no qual como professora fazia a minha apresentação, na sequência pedia para que os(as) estudantes se apresentassem e comentassem o motivo que levou a escolha daquela matéria. Foram várias as respostas, mas algo em comum era a pouca discussão ou a invisibilidade da produção artística indígena, negra e africana em sua trajetória de formação na escola e/ou na universidade.

A partir desses depoimentos, percebi que mesmo com a Lei nº 11.645/08 que determina a obrigatoriedade do ensino das histórias e das culturas dos povos indígenas, africanos e afro-brasileiros(as) na Educação Básica, analisando aquelas turmas, pouco avançamos nas discussões dessas temáticas, em especial, na que se refere aos povos originários.

A cada passo dessa jornada, foram sendo formuladas algumas questões, como: quais disciplinas contemplam as histórias e as culturas dos povos indígenas nos currículos das Licenciaturas em Artes Visuais? Existe uma formação continuada para os(as) professores(as) de Arte sobre esse assunto nas instituições de Ensino Superior? Qual é o espaço que as artes, as culturas e as histórias dos povos originários têm nos livros utilizados na Educação Básica?

Como proposta de mapear os estudos sobre a temática indígena, fiz uma busca no catálogo de teses e dissertações da CAPES, com as palavras-chaves: professor(a) de arte, ensino de arte, arte(s) indígena(s) e Lei 11.645/08. Nessa busca, foram encontradas duas dissertações e duas teses.

Na pesquisa no banco de dados Scielo, fazendo a busca com as mesmas palavras-chaves citadas anteriormente, foi encontrado um artigo relacionado à temática da pesquisa. Nessa breve análise, percebemos que existem poucos trabalhos sobre o assunto.

Diante dessa exposição, verificamos como esse tema é negligenciado, por isso, a importância de dar visibilidade em diferentes espaços, tanto nas universidades, quanto nas escolas. Pois, se queremos uma sociedade mais justa é importante conhecermos as matrizes que compõem esse país.

Fazendo uma breve retrospectiva, na década de 80, os movimentos indígenas começaram a ocupar todo o Brasil e cobrar dos políticos os seus direitos. Ao longo dessa luta, os povos indígenas tiveram algumas conquistas, como: ter um capítulo específico na Constituição



Federal de 1988, denominado “Dos Índios”, que inicia com o Art. 231 - “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”

Outra conquista do movimento foi a Lei nº 11.645/08, que altera a Lei nº 9394/96, tornando obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no Ensino Fundamental e Médio, nas instituições públicas e privadas, dando ênfase que a abordagem seja feita em todas as áreas de conhecimento, mas em especial na Arte, na Literatura e na História. Mesmo com essa legislação estando em vigor há quinze anos, percebemos impasses e limites, mas também avanços e possibilidades, como apresentado por Giovani José da Silva e Marinelma Costa Meireles (2019), organizadores do livro que faz uma análise de uma década da lei.

Este estudo propõe abordar a formação de professores em relação à Lei nº 11.645/08. Além disso, como o trabalho está conectado com as artes indígenas, serão feitas alianças com alguns autores(as) para pensar esse conceito.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das pesquisas que foram consultadas percebe-se que é necessário um investimento na formação inicial e continuada dos(as) professores(as) de Arte sobre esta temática. Vale ressaltar que se tenha um investimento do Estado em políticas públicas, para que a Lei nº 11.645/08 efetivamente seja colocada em prática.

Além disso, uma abertura da universidade e da escola para outros pensamentos, começando pela descolonização dos currículos, dos programas e das ementas das disciplinas; apresentando referências de escritores(as) indígenas; solicitando a compra de livros de autores(as) indígenas para serem disponibilizados para empréstimo nas bibliotecas das instituições; ofertando cursos de extensão de línguas indígenas; disponibilizando verbas para a contratação de palestrantes indígenas; produzindo materiais didáticos que contemplem a diversidade de povos originários; dentre outras ações.

Também é importante que mais pesquisas sejam feitas com a participação dos povos indígenas, fazendo alianças com eles e elas como produtores(as) de conhecimento e não somente como objeto de estudo.

Essa pesquisa está em processo e o relato apresenta muitas questões, mas não tem a pretensão de responder todas elas. O estudo tem como propósito apontar possibilidades que



contribuam significativamente na formação dos(as) docentes em Arte. Pensando como o contato com as artes, as culturas e as histórias dos povos indígenas podem possibilitar outros modos da educação, da arte e da vida.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 1 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11645.htm). Acesso em: 10 jul. 2020.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Tradução de: GUERRA NETO, Aurélio; COSTA, Célia Pinto. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. 1 v.

PIMENTA, Angelise Nadal; MENEZES, Paula Mendonça. **Firmando o pé no território**: temática indígena em escolas. Rio de Janeiro: Pachamama, 2020.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (Org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.

SILVA, Giovani José da; MEIRELES, Marinelma Costa. (Org.). **A lei 11.645/08**: uma década de avanços, impasses, limites e possibilidades. Curitiba: Appris, 2019.

VEIGA-NETO, Alfredo. Literatura, experiência e formação: uma entrevista com Jorge Larrosa. In: COSTA, Marisa Vorraber. (Org.). **Caminhos investigativos I**: novos olhares na pesquisa em educação. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.